

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Na Índia, objetivo é transformar etanol em commodity global	2
Título: Um ano após Brumadinho, alta cúpula da Vale tenta se defender de acusações.....	3
Título: Com tragédia, MG perdeu R\$ 22,3 bi	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: O irã é aqui	4
Título: Bombeiros peneiram lama em Brumadinho.....	5
Título: PECs de Guedes concentram poder em Brasília e reduzem gasto social	8
VEÍCULO: O Globo	12
Título: Os riscos fatais do planeta Terra	12
Título: Por falar em desestatização.....	14
Título: Nenhum suspeito foi indiciado até hoje na esfera criminal	14
Título: Ecos da reconstrução: Brumadinho vive boom de investimentos, mas ainda não tem plano de longo prazo.....	15

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 19/01/2020****Seção: Internacional****Autor: P.B.****Título: Na Índia, objetivo é transformar etanol em commodity global**

Indianos querem direcionar parte da produção de cana e aumentar porcentagem de álcool na gasolina

Ao fim de 13 meses de governo, só a equipe internacional da ministra da Agricultura, Tereza Cristina, terá visitado 32 países nos 5 continentes. No período, foram abertos 26 novos mercados para produtos brasileiros – de arroz para o México a lácteos para a China. Segundo país mais populoso do mundo – e com data marcada para ser o primeiro –, a Índia quer aumentar para 10% a quantidade de etanol em sua gasolina até 2022. Hoje, a mistura não chega a 7% e o país de 1,3 bilhão de habitantes quer aproveitar o conhecimento brasileiro para cumprir a missão.

O governo indiano subsidia parte da produção de açúcar, a maior do mundo na última safra, principalmente de pequenos agricultores que dependem do produto para sobreviver. Os incentivos ligados ao transporte variam de cerca de mil rupias (US\$ 14,6) por tonelada a 3 mil rupias (US\$ 42,2) por tonelada. O governo também paga diretamente aos produtores de cana-de-açúcar 138 rupias (US\$ 1,9) por tonelada. Isso acaba distorcendo preços internacionais. Portanto, direcionar parte da cana para produzir etanol poderia reduzir esse volume e a oferta global de açúcar, aumentando os preços e atendendo a interesses brasileiros e indianos.

“Para o Brasil, os benefícios de um aumento da quantidade de etanol seriam regular os preços internacionais do açúcar e uma maior procura pelo biocombustível”, diz Amaury Pekelman, presidente da União Nacional da Bioenergia (Udop). “Além disso, o etanol é um aliado na mitigação da emissão dos gases de efeito estufa na atmosfera, o que melhoraria a qualidade do ar das metrópoles indianas.” “Queremos transformar o etanol em uma commodity mundial e despertar o interesse em parceiros importantes que vejam esse produto como uma alternativa viável”, afirma o diplomata Flávio Bettarello, secretário adjunto de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Dalci Pagolin, adido agrícola na Índia, concorda que há benefícios aos dois parceiros. “Hoje o mercado de etanol está muito concentrado em EUA e Brasil, seria muito importante que fosse para outros países.” O Brasil é o segundo maior produtor de etanol do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos. O

produto brasileiro, à base de cana, é mais eficiente e ecológico do que o americano, feito de milho. O uso do etanol como combustível em larga escala, no entanto, ainda ocorre basicamente nesses dois países, o que limita sua transformação em uma commodity comercializada internacionalmente.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 19/01/2020

Seção: Economia

Autor: Mônica Scaramuzzo e Mariana Durão

Título: Um ano após Brumadinho, alta cúpula da Vale tenta se defender de acusações

Tragédia. Afastado desde março de 2018, o ex-presidente Fabio Schvartsman não aceitou apoio da área jurídica da mineradora e contratou sua própria equipe de defesa; expectativa é de que possíveis denúncias criminais sejam apresentadas nos próximos dias

Foi dentro de um jato particular da Vale, durante a viagem de volta ao Brasil, depois de participar do Fórum Econômico de Davos, na Suíça, que Fabio Schvartsman, então presidente da mineradora, recebeu a notícia do rompimento da barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG). Um ano após a tragédia de 25 de janeiro, um dos maiores acidentes ambientais do mundo, que deixou 259 pessoas mortas - 11 ainda estão desaparecidas -, o executivo está imerso na preparação de sua defesa.

O voo de Davos tinha São Paulo como destino final. Ele passaria o fim de semana com a família. Ainda no ar, recebeu um telefonema do diretor de sustentabilidade e relações institucionais da Vale, Luiz Eduardo Osório. Na mesma hora, decidiu pousar no Rio. A ligação mudou a rota de sua carreira.

Aos 65 anos, o ex-principal executivo da Vale tinha dito que coroaria sua trajetória profissional à frente da mineradora. Agora, tenta se livrar de potenciais processos de negligência que possam recair sobre ele. A expectativa é de que o Ministério Público de Minas Gerais apresente nos próximos dias as denúncias criminais contra a Vale e seus principais gestores.

Considerado um dos maiores executivos do País, após passagens pela empresa de papel Klabin e pelo grupo Ultra, Schvartsman assumiu o comando da Vale em maio de 2017, sob o lema “Mariana nunca mais”. Em função da tragédia de Brumadinho, está afastado do grupo desde março de 2019 a pedido do Ministério Público Federal e de Minas Gerais.

O executivo não aceitou ser amparado pela área jurídica da mineradora. Contratou uma equipe estrelada de advogados criminalistas, entre eles a banca

de Pierpaolo Bottini, que defendeu o empresário Joesley Batista, um dos donos da Friboi.

A defesa de Schvartsman também chamou o escritório Barbosa, Mussnich e Aragão (BMA) para fazer uma investigação interna a pedido do próprio executivo para vasculhar milhares de e-mails, trocas de mensagens de celular e atas de reunião que o executivo participou para mostrar que ele não teve responsabilidade direta no acidente.

Com perfil discreto, mas posicionamento firme em grandes negociações, Schvartsman está recolhido nos últimos meses, mas não saiu totalmente de cena. Costuma ser visto nos principais restaurantes da região da Faria Lima, principal corredor do mercado financeiro do País. Neste mês, viajou com sua família para os Estados Unidos.

Procurados, o executivo e a defesa não quiseram conceder entrevista. A Vale informou que coloca à disposição assessoria jurídica a seus empregados por se tratar de uma investigação sobre fatos ocorridos durante o exercício de suas atividades profissionais.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 19/01/2020

Seção: Economia

Autor: M.D.

Título: Com tragédia, MG perdeu R\$ 22,3 bi

A paralisação de operações de minas da Vale após Brumadinho gerou perda de R\$ 22,3 bilhões em receitas para a economia de Minas Gerais no ano passado. A estimativa Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) leva em conta perdas na indústria extrativa e em outros setores da economia. A retração do setor e a crise fiscal no Estado levaram a entidade a projetar uma queda de 1,24% do PIB mineiro em 2019, contra estimativa de crescimento de 3,3% antes do desastre. Os impactos negativos devem continuar em 2020.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 19/01/2020

Seção: Colunas

Autor: Mariana Carneiro (interina)

Título: O irã é aqui

PAINEL

Na semana em que a Petrobras anunciou a redução de 3% na gasolina e no diesel às distribuidoras de combustíveis, os preços cobrados ao consumidor subiram.

O irã É aqui 2

Levantamento da ANP (Agência Nacional do Petróleo), que será divulgado na segunda (20), mostra que a gasolina chegou ao preço mais alto neste ano. Já o diesel, ponto sensível para os caminhoneiros —importante base de apoio político de Jair Bolsonaro —, aumentou pela sétima semana seguida.

Verde

Nem o etanol aliviou e subiu 1,76%. Com isso, a vantagem de se abastecer com o combustível, em vez da gasolina, desapareceu em boa parte do país, o que não acontecia desde abril de 2018.

Freio

Além do aumento da margem de lucro de distribuidoras e postos, em meio às notícias do conflito no Oriente Médio, outra razão, segundo Décio Oddone, diretor da ANP, é o método de cobrança do ICMS, que não permite a redução rápida do preço nas bombas.

com Julia Chaibe Guilherme Seto

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 19/01/2020

Seção: Cotidiano

Autor: Carolina Linhares

Título: Bombeiros peneiram lama em Brumadinho

Militares examinam terra já seca em busca de 11 vítimas não achadas; 96% de 7 milhões de m2 foram examinados

Brumadinho (MG) - Diferentes aspectos podem servir para atestar a efetividade do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais em quase um ano de buscas pelas vítimas do rompimento da barragem Bi, da Vale, em Brumadinho (MG).

Uma delas é marca de que 259 entre 270 mortos foram localizados; outra é que 96% dos 7 milhões de m2 de área foram examinados a uma profundidade de até 3 m. Ou ainda o fato de que os militares não pararam um dia sequer de trabalhar, nem no Natal, desde 25 de janeiro de 2019.

O comandante-geral Edgard Estevo, contudo, destaca um outro ângulo que para ele demonstra a maturidade e a confiabilidade da corporação, além de respeito às famílias. “Ninguém, durante todo esse tempo, vazou foto de nenhum dos 854 corpos ou fragmentos encontrados”, diz à Folha.

Estevo não gosta de falar do assunto, mas ele também é um dos familiares: perdeu um primo na tragédia. Até dois meses atrás, o comandante, que assumiu o posto em 1º de janeiro de 2019, não havia revelado à corporação sua ligação pessoal com o desastre.

Por consenso com as famílias, os militares passaram a se referir às vítimas como joias —faltam 11 delas.

O relacionamento dos bombeiros com os parentes é intenso. Há reuniões semanais para prestação de contas e há o apoio vindo de cartinhas escritas por crianças, que ficam na base de operações.

A expectativa dos militares é encerrar as buscas somente após o resgate de todas as vítimas, ou até que o material recolhido não seja mais passível de identificação por DNA —o que acontecer primeiro.

Os militares também cogitam encerrar a operação se, por um longo período, os fragmentos recolhidos diariamente corresponderem a identificações já realizadas.

Os bombeiros, ao localizarem vítimas, são os responsáveis por marcar o local exato, fotografar o material, descrever sua aparência, ensacá-lo, etiquetá-lo e transportá-lo.

O desafio é justamente achá-las. É cada dia mais difícil, não só pelo passar do tempo, que leva à decomposição, mas pelo período chuvoso, que começou em dezembro. A lama molhada praticamente anula o trabalho dos cães farejadores, tidos como um dos principais instrumentos para a localização das vítimas.

Nessa época de chuvas, o efetivo, que é de 150 militares em média, foi reduzido para 90. A quantidade de fragmentos achados, que chega a quatro ou cinco por dia, caiu para um.

Como mostrou reportagem da Folha, parte do material está em estágio avançado de decomposição e não consegue ter o DNA extraído. De 854 amostras levadas ao IML, 81 tiveram resultado inconclusivo e 44 estão em tentativa coleta do material genético.

Além dos 68 cães, os bombeiros usam outros métodos, que variaram conforme a fase de buscas. Estamos na quinta fase, em que o objetivo é terminar de

varrer a área do rejeito a até 3 m de profundidade, porque 93% de tudo que foi encontrado estava nessa zona.

Para isso, escavadeiras reviram o rejeito e o colocam em caminhões. Os bombeiros observam a terra enquanto ela cai na caçamba buscando fragmentos. A terra é levada a tendas montadas em meio à área atingida, que cobrem 15 mil m². Ali, é peneirada novamente.

O processo de revisar a terra por três ou quatro vezes, é chamado de fazer a dobra. Os bombeiros estão utilizando a própria estrutura da mina para peneirar a lama seca. A Instalação de Tratamento de Minérios (ITM), onde é feito o beneficiamento do minério, possui uma grade industrial, onde o material é peneirado.

A terra já analisada tem que ser disposta pelo Corpo de Bombeiros em qualquer local dentro da área de rejeitos —para depositar fora dela, é preciso licenciamento ambiental. Por isso, o vaivém de caminhões é intenso e perturba o sossego das comunidades vizinhas.

Na primeira fase da operação, nas primeiras 72 horas, o método para localizar corpos era bem diferente. A lama estava úmida, os bombeiros rastejavam e tateavam em busca de vítimas. O transporte do que era encontrado só era possível por helicópteros.

Nesse período, os militares resgataram 195 pessoas às margens da área atingidas, algumas ilhadas pela lama. Menos de dez foram retiradas do terreno enlameado com vida.

Em quase um ano de operação, não houve acidente de trabalho com os bombeiros. Esse é outro motivo de satisfação para o coronel Estevo. “Não tivemos acidentes nem quando, nos primeiros dias, 36 helicópteros voavam num mesmo raio de 20 km”, diz.

Embora os bombeiros sejam considerados heróis de Brumadinho, o comandante afirma que o resultado deve-se principalmente à integração com a Polícia Militar, Polícia Civil e Defesa Civil —que ele espera que se repita.

Nos dias seguintes ao rompimento, os representantes de cada instituição apareciam juntos nas entrevistas e respondiam por suas funções. A união era tanta que, na primeira semana, em uma das vezes em que a reportagem da Folha ligou para o chefe de comunicação da PM, quem atendeu o telefone do colega foi o comandante da Defesa Civil.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 19/01/2020****Seção: Mercado****Autor: Ivan Martínez-Vargas e Alexa Salomão****Título: PECs de Guedes concentram poder em Brasília e reduzem gasto social**

Entrevista - Fernando Scaff

Para professor da Faculdade de Direito da USP propostas têm pontos inconstitucionais

ENTREVISTA

São Paulo - Para o advogado Fernando Scaff, professor de direito financeiro da USP, o pacote de PECs (Propostas de Emendas à Constituição) enviado pelo governo Bolsonaro ao Legislativo com a intenção de reformar o Estado brasileiro contaria o discurso do próprio presidente da República, Jair Bolsonaro.

Para Scaff, apesar da retórica “mais Brasil, menos Brasília”, suas propostas buscam centralizar poder no Executivo e traduzem uma ideia de refundar a República e construir um país novo a partir do zero.

Em entrevista à Folha, ele afirma que, se aprovadas tal como estão, as PECs significariam redução de gastos sociais, aumento da desigualdade e insegurança jurídica.

*

Como o meio jurídico está vendo as PECs que foram apresentadas como a reforma do Estado pelo governo?

As três PECs têm uma ideia de reforma do Estado brasileiro. É, ao meu ver, amais forte, intensa e audaciosa proposta já apresentada. Trabalha com a revisão do pacto federativo, de revisão de todos os processos orçamentários e com algumas medidas para a redução do gasto público e de políticas de endividamento. Mas não sei se a proposta é boa — esse é o ponto. Acho que a extinção de municípios é um boi de piranha, porque é um absurdo. Acho que muitos municípios foram criados indevidamente, estou convencido disso. Mas foram criados de acordo com as normas em vigor. Você extinguir os municípios sem consulta à população é um absurdo. A Constituição atual prevê a possibilidade de extinção de municípios, mas desde que consultada a população. A PEC propõe que não haja a consulta.

Nesse caso, seria uma consulta à população do município que seria extinto, à do município que o incorporaria ou à de ambas?

O tema está para ser regulamentado por lei. De todo modo, o que não pode é não consultar. Eu acho que deveria ouvir só a população do município que está sendo dissolvido, mas falta norma específica sobre isso. Aqui temos uma infringência à Constituição. Existe um artigo que determina essa escuta da população. Outro erro que você pode identificar nessas PECs é a criação de um mecanismo de redução de benefícios fiscais. Eu acho que tem que ter controle, nisso estamos de acordo, mas o mecanismo proposto é de muito difícil apuração. A PEC diz que, quando a somatória dos benefícios fiscais ultrapassar o percentual X globalmente considerado, o benefício desaparece. Em concreto, como isso vai se operar? Eu sou o concedente, por exemplo, a União, e dou para ti, para ele e para ele um benefício. Em algum momento, o negócio de vocês vai melhorar, e a renúncia fiscal vai aumentar. Aí ultrapassa [o teto de renúncia fixado na PEC] e corta de todos. Mas corta como? Com que prazo, que velocidade? Qual a segurança jurídica disso? Tem coisas importantes [nas PECs], mas as medidas tomadas em concreto são de muito difícil aplicação e vão concentrar poder na mão do Executivo.

Mas o discurso do governo é o contrário. Menos Brasília, mais Brasil, de descentralizar.

O discurso de descentralização está presente na PEC pontualmente. Por exemplo: a União abre mão de uma parcela do salário-educação. Não measurei para saber qual o montante disso, mas não me parece um valor gigantesco. Nos pontos centrais, ao meu ver, se concentra poder. Me dá a impressão de que a ideia é de criar do zero. Nada do que está aí está bom. Qual é a consequência disso? Tem norma, tem direito, tem Constituição. E muitas vezes alguns desses objetivos poderiam ser alcançados sem mexer na Constituição.

O senhor fala também de um problema com os tribunais de contas. Qual seria?

Querem construir um sistema hierárquico de tribunais de contas, como se o TCU pudesse estabelecer regras para os órgãos dos estados.

Como se fosse o Supremo Tribunal Federal?

Isso, ou até mesmo como se fosse o STJ [Superior Tribunal de Justiça], ou Poder Judiciário mesmo. A estrutura federativa não permite isso. Mais uma vez, vai contra o discurso de menos Brasília e mais Brasil. Você terá o Tribunal de Contas, lá em Brasília, sobre os demais. É uma medida que não encaixa juridicamente na operação, porque você não tem recursos hierárquicos nesse sentido. Nos tribunais de Contas, se você discorda de uma decisão, vai ao

Judiciário. A PEC entende o Tribunal de Contas da União como superior —e mais, dá poder de avocar as deliberações. A vocatória é um instrumento utilizado pré-1988 para concentrar poder no Supremo Tribunal Federal. Se o TJ-SP decidisse alguma coisa que o Supremo não achasse que estava adequado, o Supremo teria o poder de pegar aquele processo e decidir. Alógica é de concentração de poderes.

É inconstitucional?

Sim, eu diria que há uma vedação ao princípio federativo.

O senhor também diz que as propostas de reforma tributária na Câmara e no Senado são inconstitucionais por tirarem autonomia de estados e municípios. Como resolver isso?

Tem uma proposta interessante que vem da Receita Federal. Só circulou em entrevistas do secretário da Receita, que disse que a proposta do governo vai criar dois tributos, um federal e outro estadual. Seria o IVA dual. Mas mesmo aqui tem uma pegadinha. O secretário já disse que a União ficará com a menor parte [da alíquota de 25%], 12%, e abrirá mão do PIS e do Cofins. Os estados ficam com 13%. Mas a maior alíquota somada de PIS e Cofins é 9,25%. De onde ele tirou 12%? Avançou nos estados.

Essa ideia de refundar a República é viável? Passaria no Congresso?

Uma boa parte das questões envolvendo servidores públicos, da forma que foi proposta, não passa. Vai haver muita modificação no Congresso. Não enviaram ainda a PEC da reforma administrativa. Por que não? Porque a pressão já começou antes dela sair. A questão da renúncia fiscal também tem pressões muito grandes. Que alguma coisa vai sair eu não tenho dúvida, mas não sei se no prazo e na forma desejados.

O senhor critica também a previsão de que a União deixe de dar aval a outros entes federativos. Por quê?

A PEC diz que a União não quer se endividar por conta de estados e municípios. É uma bela coisa, mas em concreto é muito difícil. Imagina, por exemplo, o município de Tanabi. Bate o prefeito e diz que quer dinheiro para construir uma ponte. Não tem como fazer esse dinheiro com receita de ISS e IPTU. Se ele for buscar crédito externo, que pode ser mais barato, o sujeito do banco vai querer um aval. Ou a União dá ou não vai sair. Na PEC diz que, a partir de certo ponto, a União não dará mais aval a estados e municípios. Como esses municípios vão conseguir alavancar o seu desenvolvimento?

O governo está revendo também 181 fundos. O que lhe parece essa proposta?

Acho interessante. O que me causa espécie é o método. A proposta diz que, em determinado prazo, os que não forem confirmados por lei complementar expressa estão extintos. Temos fundos importantes, como o da Criança e do Adolescente. Fundo não é nada mais do que a agregação de determinado valor para ser utilizado numa finalidade específica.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, tem falado mal das receitas carimbadas...

Pois é, mas tem algumas que são importantes. Ele [Guedes] vai dizer: 'ah, mas o dinheiro não foi gasto'. Não foi gasto porque o governo contingenciou. Aí não dá para gastar, o fundo fica acumulado contabilmente. O que o ministro quer fazer é extinguir os fundos de maneira ágil e usar esse dinheiro para pagar dívida, o qual já efetivamente é usado para pagar dívida. Na prática o que acontece é que se contingência o fundo, e o dinheiro no fundo fica alto, registrado. Mas uma parte dele já é usado para quitar dívida pública.

Os críticos do conjunto das medidas do governo dizem que tem muita coisa com visão fiscalista. Isso é um problema?

Acho que sim, porque você perde a dimensão humana do processo. Para que serve um orçamento? Para as pessoas. É necessário reduzir desigualdade no Brasil. Se você corta gastos sociais, seguramente terá menos dinheiro para redução da desigualdade. Se não tiver dinheiro para dar conta das pessoas que não têm plano de saúde, mais gente ficará ao desabrigo.

O senhor atua na área da mineração. Bolsonaro também fala de mudanças legais nessa área. Para o setor, o discurso do presidente ajuda?

O discurso não é bem pró-mineração, mas sim pró-garimpeiro, o que é outra coisa. Precisamos distinguir a atividade de garimpagem, que é muitas vezes desordenada, exploratória, irregular e que não cumpre as regras previstas, da mineração, feita por empresas que têm responsabilidade e compromissos com todos os órgãos regulatórios. É só olhar as regras da Agência Nacional de Mineração que vemos que as empresas têm de se enquadrar nelas.

Mas a agência está desmontada.

O pessoal lá está tentando. Mas tem pouco dinheiro, tem pouco apoio. Então, se o Bolsonaro quer dar um apoio, reforce a agência, porque ela é um instrumento de regulação dessa área e, pelo que vejo, as grandes empresas querem apoiar.

Essa confusão de discurso envolvendo uma área tão sensível como a Amazônia acaba passando para o investidor ou não chega a tanto?

O discurso ambiental do Bolsonaro hoje tem afastado o investidor estrangeiro. A ideia de você flexibilizar as regras ambientais é algo que internacionalmente é preocupante. E as grandes empresas estrangeiras têm responsabilidade ambiental.

O presidente sempre fala de mineração em terras indígenas. Como o senhor vê isso?

A Constituição atual permite a mineração em terras indígenas, mas na forma da lei e cumpridos requisitos. O Congresso tem que se pronunciar sobre isso. Tem que ter uma discussão aberta, transparente, ampla e pública. Você não pode entrar na terra do índio sem ouvir quem está lá.

Se todo esse arcabouço leal passasse do jeito que está, qual o cenário que a gente teria?

Se afastarmos qualquer alegação de inconstitucionalidade, e se o Congresso aprovasse os textos tais quais eles chegaram, a gente teria menos garantias de direitos sociais porque teria menos dinheiro para essas áreas. Teríamos menos dinheiro para alguns fundos relevantes, menos despesa pública, os funcionários públicos teriam arrocho, a federação seria menos autônoma. Teria mais poder na mão de Brasília, mais concentração de poder. Seria outro país, mas não acho que melhor.

VEÍCULO: O Globo

Data: 19/01/2020

Seção: Colunas

Autor: Míriam Leitão

Título: Os riscos fatais do planeta Terra

Quando será tarde demais? A pergunta que precisa ser feita diante do aumento do perigo, qualquer perigo, tem que estar conosco como uma inseparável companheira na era da emergência climática. Quando será tarde demais? Fiz essa pergunta a cientistas ingleses quando visitei o Met Office, o Inpe inglês, em 2009. Eles me mostraram as projeções, os cenários, os riscos, os tipping points. Um dos deflagradores desse ponto, a partir do qual nada mais é possível fazer, disseram eles, é a perda da floresta amazônica. O Inpe contou de novo que o desmatamento continua a crescer. Subiu 85,3% de janeiro a dezembro de 2019, comparado com 2018.

Foi exatamente o Deter, sistema de detecção de desmatamento em tempo real, que foi atacado pelo governo, aponto de o presidente da República demitir o diretor do instituto. E o que o instituto alertou aconteceu. O Prodes já havia

mostrado quase 30% de aumento. Esse sistema tem dados mais consolidados sobre 12 meses que terminam em julho de cada ano. O Deter é sistema de alerta, vai na frente, vai avisando. Na semana passada, ele divulgou os números do ano inteiro, de janeiro a dezembro, o primeiro desse governo que deliberada e abertamente estimula o desmatamento.

A economia foi atravessada por essa emergência e não há escolha que possa ser feita sem ter em vista esse perigo. O Brasil subsidia combustível fóssil, reduz imposto sobre diesel, gasta R\$ 1 bilhão do dinheiro dos nossos impostos, todos os anos, subsidiando térmica a carvão. **O ministro das Minas e Energia, Bento Albuquerque**, me disse que o subsídio irá, pelo Plano Nacional de Energia, até 2027. Então a sociedade brasileira gastará R\$ 8 bilhões até lá e só no segundo mandato presidencial depois do atual é que acabará esse gasto. Ou não.

O governo Bolsonaro quer que o BNDES volte a financiar térmicas a carvão. O ministro me disse que não é para construir novas térmicas. É apenas para elas instalarem novas tecnologias. A decisão do banco, na gestão de Maria Silvia, foi não financiar e ponto. Recursos públicos seriam emprestados apenas para energias limpas e novas. Mas o que preocupa alguns economistas brasileiros são incentivos dados, e que existem em todos os países, à energia solar, limpa e sustentável. Eles nunca se incomodaram com o do carvão ou dos derivados de petróleo. Curiosa inversão do olhar.

“Os riscos diante de nós demandam imediata ação coletiva”. A frase, que poderia estar na boca de um ambientalista, foi escrita em documento divulgado pelo Fórum Econômico Mundial. Quase todos os riscos de longo prazo vistos nos cenários feitos pelos economistas e executivos da economia global são climáticos. Eventos climáticos extremos, grande perda de biodiversidade, crimes ambientais, falha na mitigação, são esses alguns dos problemas apontados por 750 especialistas e tomadores de decisão que responderam ao questionário do Fórum que acontece em Davos.

Se todos eles, que tomam decisões, acham que o perigo é este, se tantas ruas do mundo estão ocupadas por manifestantes, se líderes jovens estão alertando, com uma maturidade que nem deveriam ter, por que mesmo o mundo continua errando?

Em 2009, quando visitei o Met Office, um prédio nas proximidades de Londres com detalhes que lembram seu fundador, o comandante do navio de Charles Darwin, o mundo estava se preparando para a COP-15 de Copenhague. Havia muita esperança de um acordo global do clima que tivesse poder de lei nos países. O desmatamento da Amazônia estava caindo havia vários anos. Grandes empresários, executivos das principais empresas globais ouviam os alertas dos cientistas. Parecia ser o momento em que o mundo começaria a se afastar do

perigo extremo. A reunião fracassou. Em Paris, anos depois, se conseguiu fechar o acordo do clima. Mas o governo americano passou a ser ocupado por um negacionista. O brasileiro, também. O mundo andou para trás desde Paris. Nós também. A reunião de Madri, em dezembro, foi melancólica.

Quando será tarde demais? Essa é a pergunta que a humanidade precisa encarar agora porque terá que respondê-la para as gerações que herdarão a Terra. O que estamos entregando aos nossos filhos, aos nossos netos?

VEÍCULO: O Globo

Data: 19/01/2020

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Por falar em desestatização...

Pelo menos no setor de energia, todas as operações em curso de privatização nasceram no governo Temer. Um ex-dirigente lembra que a única redução do tamanho da Petrobras no atual governo foi se desfazer dos equipamentos de ginástica da academia dos empregados da estatal. Parece maldade. E é.

Caça ao 'gato'

A Light trabalha junto ao governo do Rio para enfrentar o problema de "gato" na rede elétrica, responsável por 26% do consumo de energia. Sonha numa parceria pela qual a empresa aplicaria uma tarifa menor nas comunidades, enquanto o Estado abriria mão de cobrar ICMS na conta dos moradores.

VEÍCULO: O Globo

Data: 19/01/2020

Seção: O País

Autor: João Paulo Saconi

Título: Nenhum suspeito foi indiciado até hoje na esfera criminal

As únicas condenações da Vale pelo desastre da mina de Brumadinho aconteceram na área cível da Justiça

Sete frentes distintas de investigação buscaram, ao longo do último ano, os motivos que levaram ao rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG) e quem seriam os culpados pela tragédia. Mesmo após terem produzido mais de 9,5 mil páginas que reúnem as informações apuradas, nenhuma delas conseguiu indiciar ou denunciar qualquer um dos envolvidos.

A tragédia é objeto de apurações em forças-tarefas do Ministério Público de Minas Gerais (MP-MG) e pelo Ministério Público Federal (MPF). Também foi analisada por Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) instaladas em cinco diferentes casas do Legislativo: duas no Congresso, na Assembleia Legislativa de Minas e nas câmaras municipais de Brumadinho e de Belo Horizonte.

Embora parlamentares tenham indicado executivos da Vale e da consultora Tüv Süd (contratada para atestar a estabilidade da barragem) como responsáveis, cabe apenas aos promotores e procuradores a incumbência de levar possíveis crimes ao conhecimento da Justiça.

A previsão é que a primeira denúncia aconteça nos próximos dias, ao menos na esfera estadual, onde os trabalhos estão, segundo o MP-MG, “em estágio bastante avançado”. Ainda resta um inquérito em aberto sob os cuidados da Polícia Federal.

As únicas condenações da Vale pelo caso ocorreram na esfera cível, com decisões para que a mineradora financie reparações de danos e indenize familiares de vítimas. Em nota, a empresa afirmou que “considera fundamental que haja uma conclusão pericial, técnica e científica” sobre as causas do rompimento “antes que sejam apontadas responsabilidades”.

— As famílias sofreram muito e querem saber se foi um fato do acaso e, se não, quem são os responsáveis — afirma o defensor público estadual Antônio Lopes de Carvalho Filho, que completa: — O poder simbólico de uma eventual punição aos responsáveis é muito grande.

VEÍCULO: O Globo

Data: 19/01/2020

Seção: O País

Autor: CLEIDE CARVALHO Enviada especial BRUMADINHO(MG)

Título: Ecos da reconstrução: Brumadinho vive boom de investimentos, mas ainda não tem plano de longo prazo

As vésperas de completar, no próximo sábado, um ano do rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, que deixou 259 mortos e 11 pessoas ainda desaparecidas, a cidade mineira de Brumadinho é hoje um grande e empoeirado pátio de obras. Embora pelo menos 50 novas empresas tenham distribuído maquinário pesado por toda a região para construção de um novo hospital, pelo menos 11 pontes e novas áreas de contenção, a incerteza é a regra para o futuro do município.

A cidade ainda não conseguiu aprovar o novo plano diretor, com o qual se pretende criar uma espécie de vila industrial. O último plano é de 2006. Uma

nova rodada de debates na Câmara local ficou para abril próximo. A ideia seria atrair grandes montadoras de veículos, assim como acontece na vizinha Betim, o que mudaria, em parte, o perfil turístico do município.

Enquanto o projeto não sai do papel, Brumadinho é um misto de sofrimento generalizado de parentes e amigos das vítimas e de uma economia impulsionada pelas robustas indenizações.

A Vale, responsável pela tragédia, pagou no mínimo R\$ 700 mil para cada parente de vítima — incluindo pai, mãe, irmãos, marido, esposa e filhos. Outros R\$ 100 mil já haviam sido pagos em “caráter emergencial” logo depois da tragédia. Além disso, a empresa desembolsa até o próximo sábado (quando se completa um ano) mais um salário mínimo por adulto, meio salário mínimo para cada criança e um quarto de salário para cada criança que perdeu parente.

No total, segundo a Vale, 106 mil pessoas receberam as indenizações mensais — metade delas em Brumadinho. Moradores de cidades da região também foram beneficiados, já que o Rio Paraopeba foi poluído com os dejetos e prejudicou os moradores locais. Entre obras e indenizações, a Vale desembolsou até agora cerca de R\$ 3,8 bilhões.

NOVAS EMPRESAS

Além das indenizações, a economia da cidade foi impactada pela chegada de novas empresas que ali se instalaram, e que trouxeram cerca de 4 mil funcionários. Somente na área soterrada por rejeitos, que alcança 275 hectares, quase duas centenas de máquinas de grande porte estão em operação, revirando a terra, que em alguns pontos chega a ser peneirada em busca de vestígios de corpos. A ponte da estrada Alberto Torres, principal acesso à área atingida, foi reconstruída. Perto dela foi erguida uma estação de tratamento da água do rio e barreiras de contenção para evitar que os rejeitos continuassem a se espalhar.

Caminhões, caminhonetes e ônibus fretados tornaram o trânsito da cidade intenso. Aliado à frota de carros particulares, trouxeram congestionamentos às vias principais. Dados do Departamento de Trânsito de Minas Gerais mostram que o emplacamento de carros 0 km em Brumadinho cresceu 56% ano passado, de 464 em 2018 para 723.

— Quem não tinha carro comprou dois — ironizou o dono de um dos principais restaurantes da localidade.

Mesmo sem aprovação do plano diretor, o setor automobilístico já faz planos. Uma revendedora acaba de montar um estande de vendas em Brumadinho, de olho na demanda aquecida.

— O dinheiro é importante e a ideia é reverter os recursos originados pela tragédia para a cidade — diz Vânia Estevão, secretária de Planejamento da Prefeitura de Brumadinho.

Um dos efeitos mais visíveis do boom econômico é o surgimento de novos loteamentos. São pelo menos quatro, dois deles de alto padrão, como o Jardim das Ma-caúbas, vizinho do museu Inhotim. Um novo bairro, batizado de Cidade Nova, também surgiu nos últimos meses. Pelo menos mais um grande loteamento, com 1.537 terrenos, está em fase de aprovação na prefeitura. Todos os empreendimentos, sem exceção, estão localizados em partes altas.

Leandro Pereira da Silva, dono de uma imobiliária que atua no município desde 2013, afirma que os empreendedores estão acelerando a venda de imóveis para aproveitar a alta da economia. Ele estima que o número de novos lotes chegue a 5 mil.

— O crime da Vale trouxe tristeza e angústia, mas também riquezas. A comercialização de lotes foi antecipada justamente para aproveitar esse momento. Afinal, ninguém sabe ao certo o que será de Bruma-dinho daqui a quatro anos, quando essa fase acabar — afirma o empresário.

MAIS DINHEIRO

A Vale ainda estima investimentos de R\$ 24,1 bilhões na região até 2023.

— Depois disso, tudo ainda é incerto — diz a secretária de Planejamento da cidade.

Hoje praticamente sem turistas, mas com pousadas cheias de terceirizados da Vale, o município não apostará no turismo como principal motor de desenvolvimento. Segundo Vânia, esse setor gera emprego e renda, mas poucos impostos para o município.

Por isso, mesmo que se desenvolva, Brumadinho não conseguiria suprir a falta dos royalties e da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), tributo que a Vale deixará de pagar com o fim da exploração de minério na Mina Córrego do Feijão. A empresa segue pagando R\$ 3,3 milhões por mês de CFEM só até o fim deste ano.

Segundo a Secretaria de Saúde, que criou três novas equipes de saúde mental para dar suporte às famílias, os atendimentos aumentaram. Dobrou, por exemplo, o número de pacientes com infecções respiratórias agudas, motivadas pela poeira de minério que se espalha pelo ar.

MME / ASCOM .